**TERMO DE RECEBIMENTO DE EDITAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2012**

|  |  |
| --- | --- |
| PESSOA JURÍDICA: | |
| ENDEREÇO: | |
|  | |
| CNPJ DA PESSOA JURÍDICA: | |
| TELEFONE(S): | |
| FAX: | E-MAIL: |
| CONTATO: | CELULAR: |

**Obs.: Preencher com “letra de forma”.**

Recebi da Polícia Federal em Sergipe – SR/DPF/SE cópia do Edital do **Pregão Eletrônico Nº 001 /2012.**

Aracajú – SE, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2012.

Ass.: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**ATENÇÃO!**

**OS INTERESSADOS QUE RETIRAREM O EDITAL PELA INTERNET DEVERÃO ENCAMINHAR ESTE COMPROVANTE, DEVIDAMENTE PREENCHIDO, À POLÍCIA FEDERAL EM SERGIPE, POR MEIO DO FAX Nº (79) 3234-8534, OU NO ENDEREÇO CONSTANTE DO RODAPÉ DESTE.**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2012**

PROCESSO Nº 08520.000727/2012-71

A Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Sergipe – SR/DPF/SE, por meio de seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº 019/2012-SR/DPF/SE, de 31 de maio de 2012, publicada no Aditamento Semanal Nº 22/2012, de 06 de janeiro de 2012, torna público, para conhecimento dos interessados, que na data, horário e local abaixo indicados fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, representado pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme descrito neste Edital.

O procedimento licitatório será regido (**destaques adicionados**):

- pela **Lei nº 10.520**, de 17 de julho de 2002;

**Ementa**: *Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada* ***pregão****, para aquisição de* ***bens e serviços comuns****, e dá outras providências.*

- pelo **Decreto nº 3.555**, de 08 de agosto de 2000 e alterações posteriores;

**Ementa**: *Aprova o* ***Regulamento*** *para a modalidade de licitação denominada* ***pregão****, para aquisição de bens e serviços comuns.*

- pelo **Decreto nº 5.450**, de 31 de maio de 2005;

**Ementa**: *Regulamenta o* ***pregão, na forma eletrônica****, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.*

- pela **Lei Complementar nº 123**, de 14 de dezembro de 2006;

**Ementa**: *Institui o Estatuto Nacional da* ***Microempresa*** e da ***Empresa de Pequeno Porte****...*

- pelo **Decreto nº 6.204**, de 5 de setembro de 2007;

**Ementa**: *Regulamenta o* ***tratamento favorecido, diferenciado e simplificado*** *para as* ***microempresas e empresas de pequeno porte*** *nas contratações públicas de bens, serviços e obras, no âmbito da administração pública federal.*

- pelo **Decreto nº 3.931**, de 19 de setembro de 2001;

**Ementa**: *Regulamenta o* ***Sistema de Registro de Preços*** *previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.*

- pela **Lei nº 8.248**, de 23 de outubro de 1991 e alterações posteriores;

**Ementa**: *Dispõe sobre a capacitação e* ***competitividade do setor de informática*** *e automação, e dá outras providências.*

- pelo **Decreto nº 7.174**, de 12 de maio de 2010 e alterações posteriores;

**Ementa**: *Regulamenta a* ***contratação de bens e serviços de informática*** *e automação pela administração pública federal... (Conforme disposto no Art. 3º da* Lei nº 8.248/1991).

- pela **Lei nº 8.666**, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, e

**Ementa**: *Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para* ***licitações e contratos*** *da Administração Pública e dá outras providências.*

- pelas demais legislações e normas aplicáveis;

- pelas exigências específicas deste **Edital e seus anexos**.

1. **DO OBJETO**
   1. A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para a aquisição de suprimentos de impressão e peças de reposição para computadores de modo a atender às necessidades da Polícia Federal em Sergipe, nos termos e condições constantes no presente Edital e seus anexos.
   2. Optou-se pelo Sistema de Registro de Preços, fundamentado nos incisos I e IV, do art. 2º, do Dec. 3.931/2001, pois, pela característica sazonal do uso do material a ser adquirido, não é possível definir com exatidão e previamente o quantitativo exato a ser demandado pela Administração, havendo, portanto, a necessidade de se realizarem contratações freqüentes para suprir as necessidades desta SR/DPF/SE.
2. **DO ENDEREÇO, DATA E HORÁRIO DO CERTAME**
   1. A sessão pública deste Pregão Eletrônico será aberta por comando do Pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha, no endereço eletrônico, data e horário abaixo discriminados:

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** [**www.comprasnet.gov.br**](http://www.comprasnet.gov.br)

**DATA: 23/07/2012**

**HORÁRIO: 10:00 (dez horas)**

* 1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subseqüente, no mesmo horário e endereço eletrônico, salvo comunicação do Pregoeiro em sentido diverso.

1. **DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**
   1. **Poderão participar desta licitação** as pessoas jurídicas interessadas que atenderem às seguintes exigências:
      1. estarem devidamente **CADASTRADAS e HABILITADAS (ainda que PARCIALMENTE)** no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF**;
      2. demais exigências deste Edital e seus anexos.
   2. **Não poderão participar desta licitação:**
      1. consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição;
         1. a vedação à participação de consórcios deve-se:
            1. ao objeto não ser caracterizado como de alta complexidade técnica (o que exigiria a formação de consórcio, sob pena de não haver empresa individual com capacidade de executá-lo);
            2. ao fato da consorciação poder constituir-se como fator de limitação à concorrência, pela diminuição do número de empresas concorrentes entre si, por integrarem um mesmo consórcio;
            3. à não obrigatoriedade do uso de consórcio em contratações públicas. Estando esta admissibilidade circunscrita no âmbito do poder discricionário da Administração.
      2. empresas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
      3. empresas que estejam com o direito de licitar e contratar com quaisquer esfera da Administração Pública suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas para tal;
      4. empresas inadimplentes em obrigações assumidas com o Ministério da justiça ou o Departamento de Polícia Federal;
      5. empresas estrangeiras que não funcionem no País.
2. **DO CREDENCIAMENTO**
   1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no sítio [**www.comprasnet.gov.br**](http://www.comprasnet.gov.br).
   2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
   3. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua exclusiva responsabilidade, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Polícia Federal em Sergipe qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros, devendo a licitante comunicar formalmente ao provedor do sistema qualquer irregularidade quanto ao uso da senha.
3. **DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS**
   1. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
   2. Incumbirá à licitante, ainda, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
   3. A participação no Pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subseqüente encaminhamento da Proposta de Preços, o que ocorrerá **a partir da divulgação da licitação até a abertura da sessão do Pregão, no dia 23/072012, às 10:00 h (dez horas), horário de Brasília-DF**, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**.
   4. Como requisito para a participação no Pregão a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento, concordância e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e seus anexos.
   5. As microempresas (**ME**) e empresas de pequeno porte (**EPP**) que quiserem usufruir dos benefícios concedidos pela **LC nº 123/2006**, bem como empresas em geral optantes dos benefícios concedidos pela **Lei nº 8.248**, deverão declarar tal opção em campo próprio do sistema eletrônico.

* 1. A Proposta de Preços da **licitante vencedora**, contendo as especificações detalhadas do material, deverá ser formulada e enviada, **atualizada em conformidade com o último lance ofertado**, num prazo **máximo de 2 (duas) horas** após o encerramento da etapa de lances, por meio do **fac-símile (0xx79) 3323-8534 ou pelo Sistema Eletrônico**, com a posterior **apresentação dos originais**, no prazo **máximo de 48 (quarenta e oito horas)**, contadas a partir do encerramento da sessão pública.
     1. **A Proposta Comercial** será preenchida em conformidade com **o Modelo de Proposta de Preços** constante do **Anexo III deste Edital,** e deverá, ainda, conter**:**
        1. preços unitário e total do material, em algarismos e por extenso (havendo discordância entre os preços unitário e total, prevalecerá o primeiro, e entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos, devendo o Pregoeiro proceder às correções necessárias). Entretanto, para fins de apresentação das **propostas** e **lances** no Sistema Eletrônico será considerado o **Preço Unitário do Item**;
        2. prazo de validade, **não inferior a 60 (sessenta) dias corridos**, a contar da data de sua apresentação. Na ausência de indicação expressa do prazo de validade, considerar-se-á tacitamente indicado o prazo de 60 dias;
        3. declaração expressa de que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas, frete, tributos e demais encargos, de qualquer natureza, incidentes sobre o objeto deste Pregão, nada mais sendo lícito pleitear a esse título.
     2. **Deverá ser enviada**, juntamente com a Proposta de Preços, **se for o caso**, a **declaração**, sob as penas da lei, de que atende às condições legais para a **comprovação** de qualquer um **dos requisitos estabelecidos nos incisos I, II ou III do subitem 7.12 deste Edital (regras de preferência)**
     3. **Quando do registro das propostas no Sistema Eletrônico**, as licitantes deverão observar a orientação estabelecida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no sentido de incluir **o detalhamento do objeto** ofertado no campo “**Descrição Detalhada do Objeto**”. A ausência do detalhamento do objeto no citado campo não acarretará a desclassificação da proposta da licitante, podendo tal falha ser sanada mediante realização de diligência e/ou complementação de documentos destinada a esclarecer ou complementar as informações.
  2. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
  3. O Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, indicado nos documentos da proposta de preço e da habilitação deverá ser do mesmo estabelecimento da licitante que efetivamente vai fornecer o material objeto da presente licitação.
  4. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do presente Edital e seus anexos, que sejam omissas ou que apresentem irregularidades insanáveis.

1. **DA RECEPÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS**
   1. A partir das **10:00 h (dez horas) do dia 23/07/2012**, data e horário **previstos no subitem 2.1 deste Edital**, terá início a sessão pública do **Pregão Eletrônico Nº 001/2012**, com a divulgação das Propostas de Preços recebidas e início da etapa de lances.
   2. Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
      1. **Não será admitida** a desistência da proposta/lance, **após o INÍCIO ou o ENCERRAMENTO da fase de lances**.
      2. **EXCEPCIONALMENTE**, **após o ENCERRAMENTO da fase de lances**, **poderá ser acatado** o pedido de desistência da proposta, **em razão de motivo justo devidamente comprovado** pela LICITANTE, decorrente de **fato superveniente**, e **aceito pelo Pregoeiro**.
      3. **Não restando comprovado** o atendimento aos **requisitos fixados** no subitem **6.2.2 acima**, a LICITANTE DESISTENTE ficará sujeita a **aplicação das sanções** previstas no subitem 20**.1** deste Edital.
2. **DA FORMULAÇÃO DOS LANCES**
   1. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, sendo imediatamente informadas do recebimento dos mesmos e de seus respectivos valores e horários de registro.
   2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos, contendo cada lance **no máximo 02 (duas) casas decimais**, relativas à parte dos centavos.
   3. Cada licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.
   4. O sistema permitirá a formulação de dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo para fins de classificação aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar, ressalvadas as hipóteses de aplicação das regras de preferência previstas nos subitens 7.11 e 7.13 deste Edital.
   5. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante detentora do lance.
   6. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.
      1. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
      2. Quando a desconexão persistir por tempo **superior a 10 (dez) minutos**, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro às participantes.
   7. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro, ficando a cargo do sistema eletrônico encaminhar aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de **até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado**, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
   8. Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, **não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital**.
   9. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a aquisição.
   10. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
   11. Após o encerramento da etapa de lances, e não tendo sido a menor proposta ou lance apresentado por microempresa ou empresa de pequeno porte, caso se verifique a ocorrência de **empate ficto**, será assegurada, como critério de desempate, **em conjunto com as regras previstas no subitem 7.13**, a preferência de contratação para as ME e EPP, nos termos do art. 44, da Lei Complementar nº 123/2006.
       1. Entende-se por **empate ficto**, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas ou lances apresentados pelas ME e EPP sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta ou lance melhor classificado durante a etapa de lances.
       2. Na ocorrência de **empate ficto**, proceder-se-á da seguinte forma:
          1. A ME ou EPP melhor classificada no intervalo percentual de até 5% (cinco), definido nos termos deste subitem, será **convocada automaticamente pelo sistema eletrônico** para, desejando, apresentar nova proposta **de preço inferior** àquela classificada com o menor preço ou lance, no **prazo máximo de 5 (cinco) minutos** após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão. É de responsabilidade da licitante a sua conexão com o sistema eletrônico durante o prazo acima referido para o exercício do direito sob comento. Apresentada a proposta nas condições acima referidas, será analisada sua documentação de habilitação.
          2. Não sendo declarada vencedora a ME ou EPP, na forma da alínea anterior, serão **convocadas automaticamente pelo sistema eletrônico** as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 7.11.1, na ordem classificatória, com vistas ao exercício do mesmo direito.
   12. Também será assegurada preferência na contratação, nos termos do disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991, regulado pelo art. 5º, do Decreto nº 7.174/2010, observada a seguinte ordem:
       1. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;
       2. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e
       3. bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal.
       4. As microempresas e empresas de pequeno porte que atendam ao disposto nos incisos acima terão prioridade no exercício do direito de preferência em relação às médias e grandes empresas enquadradas no mesmo inciso.
   13. O exercício do direito de preferência disposto nos subitens 7.11 e 7.12, será concedido, observando-se os seguintes procedimentos, **sucessivamente**:
       1. aplicação das regras de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte dispostas no subitem 7.11.2, quando for o caso;
       2. aplicação das regras de preferência previstas no subitem 7.12, com a classificação dos licitantes cujas propostas finais estejam situadas **até dez por cento acima da melhor proposta válida**, conforme o critério de julgamento, **para a comprovação e o exercício do direito de preferência**;
       3. convocação dos licitantes classificados que estejam enquadrados no subitem 7.12.1, na ordem de classificação, para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame;
       4. caso a preferência não seja exercida na forma do subitem 7.13.3, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no inciso subitem 7.12.2, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o subitem 7.12.3, caso esse direito não seja exercido.
       5. Será encaminhado às licitantes, via sistema eletrônico, questionamento visando identificar aquelas que porventura preencham as condições listadas no subitem 7.12.
   14. A comprovação do atendimento ao PPB será feita mediante apresentação do documento comprobatório de habilitação à fruição dos incentivos fiscais regulamentados pelos Decretos 5.906, de 26 de setembro de 2006, e Decreto 6.008, de 29 de dezembro de 2006, suas alterações posteriores e demais legislações e normas correlatas e/ou complementares.
       1. A comprovação será feita:
          1. **eletronicamente**, por meio de consulta ao sítio eletrônico oficial do Ministério da Ciência e Tecnologia ou da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA; ou
          2. **por documento expedido** para esta finalidade pelo Ministério da Ciência e Tecnologia ou pela SUFRAMA, mediante solicitação da licitante.
   15. Na hipótese em que **nenhuma das licitantes** preencha os **requisitos elencados no subitem 7.12**, prevalecerá o resultado inicialmente apurado pelo sistema eletrônico.
3. **DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**
   1. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a aquisição, obtido por meio de pesquisa de mercado.
   2. Confirmada a aceitabilidade da proposta, o Pregoeiro divulgará o resultado do julgamento do preço, procedendo à verificação da habilitação da licitante, conforme as disposições deste Edital e seus anexos.
   3. A classificação das propostas será pelo critério de **MENOR PREÇO,** representado pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as especificações técnicas e o **preço total de referência**, constantes do **Termo de Referência (Anexo I deste Edital)**.
   4. Se a proposta ou o lance de menor preço não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subseqüente, verificando a sua aceitabilidade e as condições de habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que satisfaça às condições e exigências constantes no Edital e seus anexos.
      1. Ocorrendo a situação referida neste subitem, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtida melhor proposta.
      2. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
4. **DA HABILITAÇÃO**
   1. Encerrada a etapa de lances da sessão pública e a negociação, a licitante detentora da melhor proposta ou lance encaminhará à Polícia Federal em Sergipe a documentação referente à habilitação, no **prazo máximo de 02 (duas) horas**, pelo **fac-símile: (079) 3323-8534 ou pelo Sistema Eletrônico**, e, num **prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, apresentará** os **documentos originais**, juntamente com a Proposta de Preço atualizada, à Polícia Federal em Sergipe, sito à Avenida Augusto Franco 2260, Bairro Siqueira Campos, Aracajú/SE, CEP 49075-100, em **envelope fechado e rubricado** no fecho, com os seguintes dizeres em sua parte externa e frontal:

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL EM SERGIPE

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2012**

ENVELOPE COM DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA COMERCIAL

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

* + 1. As ME e EPP **deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição**.
  1. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada por uma das seguintes formas:
     1. em original;
     2. por qualquer processo de cópia, **autenticada** por **servidor** da Administração, devidamente **qualificado**, ou por **Cartório** competente;
     3. publicação em órgão da **Imprensa Oficial**.
  2. Deverá constar do envelope a seguinte documentação complementar ao **SICAF**:
     1. declaração da LICITANTE de que o material ofertado atende integralmente a todos os requisitos especificados neste Edital e seus anexos;
     2. declaração de que a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente pelo licitante, de acordo com o Modelo de Elaboração Independente de Proposta (**Anexo IV deste Edital**);
     3. demonstração de Patrimônio Líquido mínimo, conforme subitem 9.4.3.1, para efeito de comprovação da boa situação financeira, quando a licitante apresentar em seu Balanço resultado igual ou menor do que 1 (um) em qualquer dos índices abaixo explicitados:

**LG =** Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

**SG =** \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Ativo Total\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

**LC =** \_Ativo Circulante\_

Passivo Circulante

* + - 1. A licitante que apresentar em seu Balanço resultado igual ou menor do que 1 (um) em qualquer dos índices acima fica obrigada a comprovar, na data de apresentação da documentação, Patrimônio Líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor total estimado para a aquisição.
    1. A Declaração de existência de fatos impeditivos e a Declaração de que não possui em seu Quadro de Pessoal empregados menores de idade, serão disponibilizadas mediante preenchimento de campo específico do sistema eletrônico.
    2. Não será exigido atestado de capacidade técnico-operacional para o objeto desta licitação, face ao fato de se tratar de **fornecimento de bem para pronta entrega**, hipótese na qual a Lei nº 8.666/93, em seu art. 32, § 1º, faculta à Administração a dispensa da apresentação de tal documentação.
  1. **As licitantes que não se encontrem com o cadastramento atualizado no SICAF** deverão encaminhar, além da documentação prevista no **subitem 9.4** acima, o seguinte:
     1. Relativamente à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** da licitante:
        1. Ato constitutivo, estatuto ou Contrato Social em vigor da licitante, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
        2. Inscrição do ato constitutivo em Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício.
     2. Relativamente à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** da licitante:
        1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
        2. Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Dívida com a União e Receita Federal) e Estadual ou Municipal, conforme o caso, de acordo com o disposto no inciso III, do art. 29, da Lei nº 8.666/93, dentro do prazo de validade;
        3. Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal, conforme alínea "a", do art. 27, da Lei nº 8.036/1990, devidamente atualizado;
        4. Certidão Negativa de Débito – CND ou Positiva com Efeito de Negativa relativa às contribuições sociais, fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS (Lei nº 8.212/1991), devidamente atualizada;
        5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuita e eletronicamente, conforme Art. 27, IV da Lei 8.666/93, alterado pela Lei 12.440/2011, nos termos fixados neste diploma legal.
     3. Relativamente à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** da licitante:
        1. Certidão negativa de falência, concordata ou execução patrimonial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante;
        2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
        3. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:
           1. sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima): por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial;
           2. sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA): por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou
           3. sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006:

por fotocópia (do balanço e demonstrações contábeis) registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou

por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinadas por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

* 1. Em se tratando de ME ou EPP, e havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a licitante será declarada vencedora do certame no sistema eletrônico, nos termos do §1º, do art. 43, da lei Complementar nº 123/2006.
     1. Nessa hipótese, o Pregoeiro dará ciência às demais licitantes dessa decisão e intimará a licitante declarada vencedora para, **no prazo de 2 (dois) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento da declaração citada neste subitem, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, promover a devida regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
     2. A não-regularização da documentação, no prazo e condições disciplinadas neste subitem, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei nº 8.666/93, e no art. 28, do Decreto nº 5.450/2005, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
     3. Na hipótese da não-contratação da ME ou EPP, nos termos previstos no subitem 7.11, será analisada a documentação de habilitação da licitante que originalmente apresentou a menor proposta ou lance e, se regular, será declarada vencedora.
  2. As licitantes que, embora cadastradas no SICAF, estejam com situação irregular neste Sistema, poderão apresentar os documentos que comprovem sua regularidade, relativamente aos dados vencidos ou não atualizados.
  3. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.
  4. A comprovação das habilitações previstas nos **subitens 9.5.1, 9.5.2 e 9.5.3** deste Edital poderá ser realizada por meio de consulta *online* ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – **SICAF**.

1. **DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**
   1. **Até 19/07/2012, 2 (dois) dias úteis** antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão.
      1. Caberá ao Pregoeiro, auxiliada pelos setores responsáveis pela elaboração do Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no **prazo de até 24 (vinte e quatro) horas**.
      2. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
   2. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até 18/07/2012, 3 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, **preferencialmente por meio eletrônico**, via internet, no seguinte endereço: [**cpl.srse@dpf.gov.br**](mailto:cpl.srse@dpf.gov.br).
   3. As impugnações deverão ser manifestadas **por escrito**, dirigidas ao Pregoeiro, protocolizando o original, no horário de **08:00 às 11:00 horas e 14:00 às 17:00 horas**, em dias úteis, no seguinte endereço:

**Avenida Augusto Franco 2260, Bairro Siqueira Campos, Aracajú/SE, CEP 49075-100.**

* + 1. As impugnações, além de manifestadas **por escrito**, também deverão ser disponibilizadas em formato digital (**disquete, CD, etc**) **ou** através do endereço eletrônico [**cpl.srse@dpf.gov.br**](mailto:cpl.srse@dpf.gov.br), face à obrigatoriedade da publicação, **no COMPRASNET**, do pedido de impugnação juntamente com a decisão emitida pelo Pregoeiro e/ou pelos setores responsáveis pela elaboração do Edital e seus anexos.

1. **DOS RECURSOS**
   1. Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, **durante a sessão pública**, de **forma imediata e motivada**, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer.
   2. À licitante que manifestar **motivadamente** a intenção de interpor recurso será concedido o **prazo de 3 (três) dias corridos** para apresentação das respectivas razões, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contra-razões no mesmo prazo, a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
      1. Sendo declarada vencedora do certame uma ME ou uma EPP que tenha apresentado restrições na comprovação da regularidade fiscal, o prazo previsto neste subitem será contado após decorrido o **prazo de 2 (dois) dias úteis** (prorrogável por igual período), concedido para a regularização da documentação, conforme prescrito no § 2º, do art. 4º, do Decreto nº 6.204, de 5/9/2007.
   3. A falta de manifestação imediata e motivada das licitantes quanto à intenção de recorrer importará decadência do direito de recurso, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.
   4. O recurso contra a decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo, no tocante ao item ao qual o recurso se referir, **inclusive no tocante ao prazo de validade da proposta, o qual somente recomeçará a contar quando da decisão final da autoridade competente**.
   5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
   6. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.
   7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na, em dias úteis, no horário de **08:00 às 11:00 horas e 14:00 às 17:00 horas**.
   8. Não serão reconhecidos os recursos interpostos enviados por fac-símile ou com os respectivos prazos legais vencidos.
2. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
   1. As despesas com a aquisição do objeto da presente licitação, classificada sob o **elemento de despesa 339030**, correrão por conta da dotação orçamentária do exercício.
3. **DAS REPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**
   1. **Caberá à CONTRATADA**, sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades insertas neste Edital e daquelas constantes do Termo de Referência (**Anexo I deste Edital**):
      1. Tomar todas as providências necessárias ao fiel fornecimento objeto desta licitação;
      2. Manter, durante o período de vigência da ata de registro de preços e/ou da contratação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
      3. Promover o fornecimento do material dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;
      4. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;
      5. Responder integralmente pelos danos causados, direta ou indiretamente, ao patrimônio da União em decorrência de ação ou omissão de seus empregados, prepostos ou terceiros contratados, não se excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da fiscalização ou do acompanhamento realizado pela CONTRATANTE;
      6. Providenciar que seus contratados portem crachá de identificação quando do fornecimento do material à CONTRATANTE;
      7. Arcar com os ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de contravenção, seja por culpa sua ou de quaisquer de seus empregados ou prepostos, obrigando-se, outrossim, a assumir quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais ou extrajudiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do ajuste a ser firmado;
      8. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
      9. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento do material ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE, inclusive por danos causados a terceiros;
      10. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados ao fornecimento do material, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;
      11. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste processo licitatório;
      12. Aceitar, nas mesmas condições do ajuste, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.
      13. Executar o fornecimento dos produtos dentro das especificações exigidas e constantes da proposta de preços apresentada;
      14. **Substituir**, **no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis**, o produto que for considerado inadequado ou defeituoso pela Polícia Federal em Sergipe;
      15. **Apresentar, sempre que solicitados, documentos que comprovem a procedência do produto fornecido**;
      16. Comunicar ao Fiscal do Contrato a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente referente ao fornecimento do produto e prestar os esclarecimentos julgados necessários.
   2. **Caberá à CONTRATANTE,** sem prejuízo das demais disposições inseridas neste Edital e daquelas constantes do Termo de Referência (**Anexo I deste Edital**):
      1. Supervisionar o fornecimento objeto do Termo de Referência, exigindo presteza na entrega e correção das falhas eventualmente detectadas;
      2. Permitir o acesso ao local do fornecimento do material do pessoal da CONTRATADA, necessários à entrega do objeto do Termo de Referência (**Anexo I deste Edital**);
      3. Prestar à CONTRATADA, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias ao fornecimento do material.
      4. Impedir que terceiros forneçam os produtos objeto deste Termo;
      5. Solicitar a substituição dos produtos que apresentarem defeito durante a utilização;
      6. Atestar as faturas correspondentes, por intermédio de servidor competente;
      7. Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento dos produtos, no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas.
4. **DAS CONDIÇÕES DE RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO E DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA CONTRATAÇÃO**
   1. Findo o processo licitatório, a licitante vencedora será convocada a assinar a Ata de Registro de Preços e, tão logo seja emitida, retirar a Nota de Empenho, relativas ao objeto desta licitação.
      1. A notificação para retirada da Nota de Empenho se dará pelo mesmo endereço, inclusive de e-mail, ou fax fornecido pela Contratada durante a licitação ou na habilitação no SICAF.
   2. O não comparecimento da licitante vencedora, dentro do **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, após regularmente convocada para a assinatura da Ata de Registro de Preços e /ou retirada da Nota de Empenho, ensejará a aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços ou Nota de Empenho, sem prejuízo das demais penalidades aplicáveis.
   3. O prazo mencionado acima poderá ser prorrogado uma só vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração, conforme previsto no § 1º, do art. 64, da Lei nº 8.666/1993.
   4. A não-regularização da documentação, no caso da licitante vencedora apresentar restrições na comprovação da regularidade fiscal, no prazo previsto no subitem 9.6.1 deste Edital, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei no 8.666/93, e no art. 28, do Decreto nº 5.450/2005, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços e a retirada da Nota de Empenho, ou revogar a licitação.
   5. No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços e da retirada da Nota de Empenho será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pela licitante durante a vigência da ata de registro de preços e da contratação.
   6. Quando a vencedora da licitação não fizer a comprovação acima referida ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços e/ou retirar a Nota de Empenho, poderá ser convocada outra licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação assinar a Ata de Registro de Preços e retirar a Nota de Empenho, sem prejuízo da multa prevista no subitem 20.1.3 deste Edital, e das demais cominações legais.
   7. **Até a efetiva assinatura da Ata de Registro de Preços e a retirada da Nota de Empenho,** poderá ser desclassificada a proposta da licitante vencedora, caso a Polícia Federal em Sergipe venha a ter conhecimento de fato desabonador à sua habilitação, conhecido após o julgamento.
   8. Ocorrendo eventual desclassificação da proposta da licitante vencedora, a Polícia Federal em Sergipe poderá convocar as licitantes remanescentes, observado o disposto neste Edital e a ordem final de classificação das propostas/lances.
   9. A Nota de Empenho poderá ser anulada a qualquer tempo, com base nos motivos previstos nos arts. 77 e 78, na forma do art. 79, da Lei nº 8.666/1993, assegurados à contratada o contraditório e a ampla defesa.
   10. A contratação poderá sofrer alterações, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/1993.
   11. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura.
   12. A associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação só serão admitidas quando apresentada a documentação comprobatória que justifique quaisquer dessas ocorrências, com o consentimento prévio e por escrito da Polícia Federal em Sergipe e, ainda, desde que não afetem o fornecimento do material objeto desta licitação.
       1. Quando ocorrer o consentimento por parte da Polícia Federal em Sergipe, previsto neste subitem, deverá ser comprovado que as empresas resultantes dessas operações atendem a todas as exigências de habilitação requeridas à época da realização da licitação.
5. **DO FORNECIMENTO E DA ANÁLISE DA AMOSTRA**
   1. Previamente à adjudicação, será exigido da licitante vencedora o envio de **01 (uma) unidade de amostra de cada item ganho**, **em até 10 (dez) dias úteis**, após a apresentação da proposta;
   2. As amostras serão submetidas a análise e testes, a serem realizados pelo Núcleo de Tecnologia da Informação da Polícia Federal em Sergipe (NTI), e caso necessário, com o auxílio de Perito Criminal Federal do Setor Técnico-Científico (SETEC), visando à avaliação dos requisitos de qualidade e a sua compatibilidade com os equipamentos;
   3. Para os itens 3.1 a 3.13, a licitante vencedora poderá fornecer por escrito o modelo, fabricante e detalhes do produto a ser fornecido, podendo ser dispensada da apresentação da amostra.
   4. Para toneres e cartuchos do mesmo fabricante da impressora, poderá ser aceito uma declaração de fornecimento de peça original, dispensando o envio da amostra.
   5. Após análise das características físicas e visuais, os testes aos quais serão submetidas às amostras dar-se-ão da seguinte forma:
   6. **Para os suprimentos de impressão**:
      1. A unidade de amostra de cartucho fornecida será testadas em 2 (duas) impressoras distintas, sendo impressas 60 (sessenta) páginas por impressora;
      2. Do total de páginas impressas, será tolerado apenas 5% (cinco por cento) de desvios, conforme subitem 6.4.4.;
      3. No caso de fornecimento de suprimento não original, a qualidade mínima admitida será a mesma apresentada por cartucho original, do fabricante da impressora, inclusive quanto à não deposição de resíduos no interior do equipamento (vazamentos).
      4. Serão considerados desvios: falhas de impressão, borrão, manchas, caracteres apagados, marcas ou estrias no papel impresso, folga em parafusos e demais peças do cartucho após o uso intenso ou dano à impressora e vazamento.
      5. Para os itens 3.16, 3.17 e 3.36 serão aceitos apenas peças originais, do mesmo fabricante da impressora, para não comprometer a garantia dos equipamentos, conforme termos da garantia exigida e cópias das Notas Fiscais, anexos.
   7. **Para as peças e acessórios (hardware):**
      1. Deverá ser fornecida quando solicitado **uma unidade de cada um dos itens** constante do Termo de Referência.

.

* + 1. O teste específico a ser aplicado à fonte de energia consistirá de medição de tensão e corrente em cada uma das saídas, e da potencia fornecida;
       1. Durante o teste, serão feitas no mínimo 4 (quatro) medidas em cada uma das saídas, utilizando-se multímetro digital da marca Minipa e softwares específicos;
       2. A tolerância máxima de oscilação de tensão em relação à tensão nominal positiva das saídas da fonte (+3,3V; +5V e +12V) será de até 5% (cinco por cento) e de até 10% (dez por cento) em relação à saídas com tensão negativa (-3,3V; -5V e -12V).
       3. As medições a serem feitas via software, serão realizadas utilizando-se:
          1. A BIOS da placa mãe fornecida;
          2. O software de medição de desempenho fornecido juntamente com a placa-mãe;
          3. Software SpeedFan versão 4.41 ou superior, na ausência do software do subitem anterior.
  1. Os testes de conformidade das amostras encaminhadas poderão ser acompanhados por representante da empresa. A data e o horário dos testes serão informados à empresa, pelo setor responsável (NTI ou SETEC), **com antecedência de 3 (três) dias úteis de sua realização;**
  2. A análise e os testes necessários serão finalizados **no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento das amostras**, após os quais, se verificada a conformidade do material, será dada continuidade à aquisição;
  3. Caso as amostras sejam aceitas pela área técnica responsável, elas serão deduzidas do montante total da aquisição, responsabilizando-se a empresa pelo envio da diferença;
  4. Caso as amostras sejam reprovadas, a empresa licitante deverá recolher às suas expensas os materiais enviados à Polícia Federal em Sergipe no prazo Maximo de 30(trinta) dias;
     1. Findo o prazo de recolhimento, as amostras, porventura não recolhidas pela empresa licitante, serão descartadas pelo setor responsável pelos testes de amostra.
  5. O ônus do envio das amostras e de sua retirada da Polícia Federal em Sergipe caso ocorra reprovação - ônus relativo aos custos de uso dos cartuchos e demais materiais utilizados nos testes e aos custos do transporte - será de total responsabilidade da licitante;
  6. **A aceitação da proposta comercial e a análise da condição habilitatória ficarão condicionadas à aprovação das características qualitativa e de compatibilidade da amostra fornecida,** em conformidade com as especificações fixadas neste Termo de Referência.
  7. Quando do efetivo fornecimento dos materiais, será verificada a conformidade com as amostras apresentadas, e **não serão aceitos produtos distintos dos oferecidos como amostra, inclusive quanto à marca e modelo.**
     1. Excepcionalmente, caso a Contratada apresente formalmente, justificativa fundamentada e razoável sobre a impossibilidade de fornecimento dos materiais exatamente iguais às amostras, será solicitada nova amostra, para novos testes.
     2. **Somente serão aceitos materiais previamente testados a aprovados**, nos termos deste Edital e seus anexos.
     3. Para fins de comparação com os materiais entregues em cada um dos pedidos de fornecimento, as amostras aprovadas serão mantidas lacradas até o término da vigência da Ata de Registro de Preços.

1. **DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO**
   1. As unidades licitadas **serão entregues parceladamente, conforme as necessidades da Polícia Federal em Sergipe**, tendo a **empresa o prazo de 20 (vinte) dias corridos**, contados a partir do primeiro dia útil subseqüente ao do recebimento da Nota de Empenho respectiva, para entregar o material na quantidade montante especificada.

* 1. Os produtos deverão ser entregues ao Chefe ou Responsável do Núcleo de Tecnologia da Informação da Polícia Federal em Sergipe, sito à Avenida Augusto Franco 2260, Bairro Siqueira Campos, Aracajú/SE, CEP 49075-100.
  2. O recebimento dos materiais será provisório, para posterior teste de conformidade e verificação das especificações técnicas deste Termo de Referência e da proposta comercial, além dos **requisitos exigidos no inciso III do Art. 3º do Decreto 7.174/2010.**
  3. Os produtos serão recebidos definitivamente, **no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos**, contados do recebimento provisório, após testes de aceitação.
  4. Caso sejam identificados problemas e/ou discrepâncias em relação às especificações técnicas exigidas**,** o fornecedor deverá substituir o(s) produto(s) em até 5 (cinco) dias úteis, contados da solicitação da Polícia Federal em Sergipe.
  5. Os volumes contendo os produtos deverão estar identificados externamente com os dados da Nota Fiscal e o endereço de entrega.
  6. **Os produtos de que trata este Termo de Referência deverão ser novos, não se admitindo materiais recondicionados e/ou remanufaturados e/ou reprocessados e/ou recarregados**.
  7. Os produtos deverão ser do mesmo fabricante da impressora ou similar. **A licitante que entregar produto de outro fabricante será responsabilizada por quaisquer danos causados aos equipamentos, se estes decorrerem da utilização do produto fornecido.**
     1. A similaridade aqui exigida será avaliada principalmente em relação ao desempenho (funcionamento dos cartuchos) e quantidades (volume e massa de tinta e toner) dos materiais fornecidos, em comparação com o original, do mesmo fabricante da impressora.
     2. Será desclassificada a amostra que não apresentar a similaridade exigida.
  8. A Contratada estará obrigada ao cumprimento do prazo de, no mínimo, **12 (doze) meses de garantia para os produtos fornecidos,** contados a partir do primeiro dia útil após o recebimento.

1. **DA FISCALIZAÇÃO**
   1. O acompanhamento e a fiscalização do objeto desta Licitação serão exercidos por meio de um representante do Setor de Logística (denominado Gestor de Contrato), e por meio um representante do Núcleo de Tecnologia da Informação (denominado Fiscal de Contrato) e seus respectivos substitutos, designados pela CONTRATANTE, aos quais compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar o fornecimento, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, dos quais darão ciência à CONTRATADA, conforme determina o art. 67, da Lei nº 8.666/1993, e suas alterações.
   2. Não obstante ser a CONTRATADA a única e exclusiva responsável pelo fornecimento do material, a CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização.
   3. Cabe à CONTRATADA atender prontamente e dentro do prazo estipulado quaisquer exigências do Fiscal ou do substituto inerentes ao objeto desta licitação, **sem que disso decorra qualquer ônus extra para a CONTRATANTE**, não implicando essa atividade de acompanhamento e fiscalização qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA, que é total e irrestrita em relação ao material fornecido, inclusive perante terceiros, respondendo a mesma por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução do ajuste.
      1. A atividade de fiscalização não resultará, tampouco, e **em nenhuma hipótese**, em co-responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, prepostos e/ou assistentes.
   4. Os equipamentos, ferramentas e materiais utilizados, bem como o fornecimento dos materiais, deverão estar rigorosamente dentro das normas vigentes e das especificações estabelecidas pelos órgãos competentes e pela Polícia Federal em Sergipe, sendo que a inobservância desta condição implicará a sua recusa, bem como o sua devida adequação/substituição, sem que caiba à CONTRATADA qualquer tipo de reclamação ou indenização.
   5. As decisões e providências que ultrapassem a competência do Fiscal do contrato serão encaminhadas à autoridade competente da CONTRATANTE para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º, do art. 67, da Lei nº. 8.666/93.
2. **DO PREÇO E DO REAJUSTE**
   1. O objeto do presente Edital será fornecido pelo preço ofertado na proposta da licitante vencedora, que será fixo e irreajustável, podendo, contudo, ser revisto, observadas as prescrições contidas no art. 12, e seus parágrafos, do Decreto nº 3.931/2001.
   2. Os preços ajustados já levam em conta **todas e quaisquer despesas incidentes no fornecimento do material**, tais como serviços de frete, tributos, transporte e garantia pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme subitem 16.9.
   3. O preço ajustado também poderá sofrer correção desde que reste comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas na alínea “d”, do inciso II, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.
3. **DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**
   1. O pagamento será feito pela Contratante, em moeda corrente nacional, mediante Ordem Bancária, e ocorrerá até o **30 dias** após a data do recebimento provisório do objeto contratado, acompanhado da respectiva nota fiscal- a qual conterá o endereço, o CNPJ, o **número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da empresa**, a **descrição clara do objeto** da contratação -, conforme alínea “a” do inciso XIV do art. 40 da Lei nº 8.666/93, de acordo com as condições constantes na proposta da empresa e aceitas pela Polícia Federal em Sergipe.
      1. O ateste será efetuado após conferência minuciosa dos materiais recebidos, e o pagamento deverá ser efetivado após o ateste da Nota Fiscal/Fatura.
      2. Para execução do pagamento de que trata este subitem, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, a Polícia Federal em Sergipe, CNPJ nº **00.394.494/0041-23**.
      3. A Nota Fiscal/Fatura será devidamente atestada pelo fiscal do Contrato conforme dispõe o Art. 40 Inc. XIV Alínea “a” da Lei 8.666/93 depois de verificada a documentação obrigatória e a regularidade Fiscal junto ao SICAF. Tais documentos comporão o processo de pagamento, devidamente instruído, autuado;
      4. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – **SIMPLES**, a mesma deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.
      5. A Nota Fiscal/Fatura correspondente será examinada diretamente pelo Fiscal designado pela CONTRATANTE, o qual somente atestará o fornecimento do material e autuará processo de pagamento com a referida Nota Fiscal/Fatura quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas relativas ao objeto do presente Edital.
      6. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida pelo Fiscal à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Polícia Federal em Sergipe.
   2. No caso de eventual atraso de pagamento, e mediante pedido da CONTRATADA, o valor devido será atualizado financeiramente, desde a data a que o mesmo se referia até a data do efetivo pagamento, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, mediante aplicação da seguinte fórmula:

**AF = [(1 + IPCA/100)N/30 –1] x VP**, onde:

**AF** = atualização financeira;

**IPCA** = percentual atribuído ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo, com vigência a partir da data do adimplemento da etapa;

**N** = número de dias entre a data do adimplemento da etapa e a do efetivo pagamento;

**VP** = valor da etapa a ser paga, igual ao principal mais o reajuste.

* 1. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão estes restituídos à CONTRATADA para as correções solicitadas, não respondendo a Polícia Federal em Sergipe por quaisquer encargos resultantes de
  2. na liquidação dos pagamentos correspondentes.

1. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
   1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000 e do Decreto nº 5.450, de 2005, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:
      1. Não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços;
      2. Apresentar documentação falsa;
      3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
      4. Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;
      5. Comportar-se de modo inidôneo;
      6. Cometer fraude fiscal;
      7. Fizer declaração falsa;
      8. Ensejar o retardamento da execução do certame.
   2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
      1. Multa de **10% (dez por cento)** sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
      2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
   3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
   4. Comete infração administrativa, ainda, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005, a Contratada que, no decorrer da contratação:
      1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;
      2. Apresentar documentação falsa;
      3. Comportar-se de modo inidôneo;
      4. Cometer fraude fiscal;
      5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no instrumento de contrato.
   5. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
      1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
      2. Multa:
      3. Moratória de até **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite do valor total da contratação;
      4. Compensatória de até **10% (dez por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.
      5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Sergipe, pelo prazo de até dois anos;
         1. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.
      6. Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
      7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
   6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
   7. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
      1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
      2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
      3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
   8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
   9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
   10. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
   11. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
   12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
   13. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
2. **DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**
   1. Dos atos praticados pela CONTRATANTE cabem recursos na forma prevista no art. 109, da Lei nº 8.666/1993.
3. **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**
   1. É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.
   2. Fica assegurado à Polícia Federal em Sergipe o direito de, no seu interesse, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência às participantes, na forma da legislação vigente.
   3. As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas Propostas e a Polícia Federal em Sergipe não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
   4. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
   5. **Após o início ou encerramento da fase de lances**, **não caberá desistência por parte das licitantes**, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro, conforme disposto no subitem 6.2.2 deste edital.
   6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Polícia Federal em Sergipe.
   7. Em caso de **divergência** entre as **especificações do** material **insertas no Sistema SIASG** e as deste **Edital**, **prevalecerão** as constantes neste **último, em seu Anexo I – Termo de Referência**.
   8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua Proposta, durante a realização da sessão pública desta licitação.
   9. Este Edital será fornecido a qualquer interessado, na Sede da Polícia Federal em Sergipe, sito à Avenida Augusto Franco 2260, Bairro Siqueira Campos, CEP 49075-100, em Aracajú/SE, ou ainda no sítio **www.comprasnet.gov.br**.
   10. As licitantes, após a publicação oficial deste Edital, ficarão responsáveis pelo acompanhamento, mediante o acesso aos sítios mencionados no subitem 22.9, das eventuais republicações e/ou retificações de edital, respostas a questionamentos e impugnações ou quaisquer outras ocorrências que porventura possam ou não implicar em mudanças nos prazos de apresentação da proposta e da abertura da sessão pública.
   11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, o respectivo Termo de Referência (Anexo I), a Minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo II), o Modelo de Proposta de Preços (Anexo III), e o Modelo de Declaração de elaboração Independente de Proposta (Anexo IV).
   12. O registro do preço em Ata não obrigará a Administração a firmar a contratação que dele poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para o presente objeto, assegurada ao beneficiário do registro a preferência no fornecimento do material em igualdade de condições.
   13. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, nos Decretos nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, 5.450, de 31 de maio de 2005 e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666/1993.
   14. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o de Aracajú-SE, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Aracajú/SE, 14 de maio de 2012

**RONALDO CORRÊA**

Agente Administrativo

Matrícula 11.922-DPF

Pregoeiro

**De acordo:**

**ROLAND PACHECO DOS SANTOS JUNIOR**

Papiloscopista Policial Federal

Classe Especial / Mat. 2804-DPF

Chefe do Setor de Logística

SR/DPF/SE

**Aprovo:**

**JOSÉ GRIVALDO DE ANDRADE**

Delegado de Polícia Federal

Classe Especial / Mat. 6078

Superintendente Regional

SR/DPF/SE

VIA IMPRESSA ASSINADA

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

1. **DO OBJETO**
   1. O presente Termo de Referência tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para a aquisição de **suprimentos de impressão e peças de reposição para computadores** de modo a atender às necessidades da Polícia Federal em Sergipe, nos termos e condições constantes no presente Termo de Referência.
2. **DA JUSTIFICATIVA**
   1. A aquisição visa a atender as necessidades da Polícia Federal em Sergipe no que tange aos suprimentos de impressão e peças de reposição para microcomputadores nos próximos meses;
   2. Os quantitativos constantes do item 3 abaixo são meramente estimativos, visto que a demanda de tais suprimentos é sazonal e imprecisa, exigindo a contratação por Registro de Preços, para atender às freqüentes solicitações extraordinárias de material, quando da deflagração de operações policiais e outras ações operacionais de grande e médio porte, típicas da atividade policial (naturalmente imprevisível);
   3. O Registro de Preços proporcionará o atendimento da demanda acima descrita, sem, no entanto exigir a manutenção de elevados estoques, que não se tem a certeza que serão efetivamente utilizados, devido à sazonalidade da demanda;
3. **DAS ESPECIFICAÇÕES E PREÇO DE REFERÊNCIA**
   1. **PLACA MÃE**:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PREÇO MÉDIO ESTIMADO** | **QUANTIDADE ESTIMADA** | **PREÇO TOTAL ESTIMADO** |
| R$ 499,30 | 30 | R$ 14.979,00 |

**Unidade de medida: Unidade**

* + 1. Totalmente compatível com plataforma Intel Core i3, i5, e i7;
    2. Socket 1155 pinos;
    3. 4 slots de memória RAM DDR3 em duplo canal com capacidade total mínima de 8GB, 1.333MHZ;
    4. 6 portas SATA II ou superior, com suporte a RAID;
    5. 6 portas USB traseiras (no mínimo duas na versão 3.0);
    6. 2 portas USB frontais;
    7. 2 slots PCI-E 1X;
    8. 1 slot PCI-E 16X;
    9. Placa de som on-board de 7.1 canais, ou superior;
    10. Placa de rede Ethernet 100/1000 on-board;
    11. Placa de video on-board, com conexão HDMI, VGA, e DVI.
    12. Totalmente compatível\* com Microsoft Windows XP, Windows Vista e Windows 7, Linux Fedora 15 ou superior e Linux Ubuntu 11 ou superior;

\* Devido à necessidade de compatibilidade com softwares como GeoVisio e sistemas de interceptação de áudio, por exemplo, o chipset deverá ser do fabricante **Intel** .

Pelo mesmo motivo, não serão aceitas placas com chipset dos fabricantes **VIA ou SiS**, pois em testes realizados, apresentaram grave incompatibilidade com os softwares e sistemas supracitados.

* 1. **PROCESSADOR i7**:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PREÇO MÉDIO ESTIMADO** | **QUANTIDADE ESTIMADA** | **PREÇO TOTAL ESTIMADO** |
| R$ 895,26 | 30 | R$ 26.857,80 |

**Unidade de medida: Unidade**

* + 1. Processador Intel core i7;
    2. Quad core;
    3. 3.3 GHz;
    4. Socket LGA 1155;
    5. 6 MB cachê L3:
    6. Tipo Box (com cooler orginal).
  1. **MEMÓRIA RAM DDR3 4GB**:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PREÇO MÉDIO ESTIMADO** | **QUANTIDADE ESTIMADA** | **PREÇO TOTAL ESTIMADO** |
| R$ 137,15 | 60 | R$ 8.229,00 |

**Unidade de medida: Unidade**

* + 1. Tipo DDR3 SDRAM;
    2. Freqüência de 1.333 MHz;
    3. Capacidade 4GB:
    4. Com dissipador de calor:
  1. **PLACA DE VÍDEO PCI-E**:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PREÇO MÉDIO ESTIMADO** | **QUANTIDADE ESTIMADA** | **PREÇO TOTAL ESTIMADO** |
| R$ 561,30 | 30 | R$ 16.839,00 |

**Unidade de medida: Unidade**

* + 1. Interface PCI-E 16X, versão 2.0;
    2. 1GB de memória dedicada, com barramento de 128 bits, e frequência mínima de 4GHZ;
    3. GPU com frequência mínima de 900MHZ;
    4. Saídas para conexão externa: DVI, VGA, e HDMI;
    5. Suporte as resoluções de: 2.560x1.600 na saída DVI, 2.048x1536 na saída VGA, e 1920x1.080 na saída HDMI;
    6. Com dissipador de calor e ventilação forçada.
    7. com Microsoft Windows XP, Windows Vista e Windows 7, Linux Fedora 15 ou superior e Linux Ubuntu 10 ou superior.
  1. **MEMÓRIA RAM DDR2 2GB**:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PREÇO MÉDIO ESTIMADO** | **QUANTIDADE ESTIMADA** | **PREÇO TOTAL ESTIMADO** |
| R$ 92,93 | 40 | R$ 3.717,20 |

**Unidade de medida: Unidade**

* + 1. Tipo DDR2 SDRAM;
    2. Freqüência de 800 MHz;
    3. Capacidade 2GB.
  1. **DISCO RÍGIDO 1TB**:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PREÇO MÉDIO ESTIMADO** | **QUANTIDADE ESTIMADA** | **PREÇO TOTAL ESTIMADO** |
| R$ 392,49 | 60 | R$ 23.549,40 |

**Unidade de medida: Unidade**

* + 1. Padrão 3,5 polegadas;
    2. Capacidade 1TB de armazenamento;
    3. Interface SATA II, 6GHZ;
    4. 7.200 RPM;
    5. Suporte as tecnologias NCQ e Hotplug;
    6. 32MB de buffer.
  1. **FONTE DE ALIMENTAÇÃO 620W**:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PREÇO MÉDIO ESTIMADO** | **QUANTIDADE ESTIMADA** | **PREÇO TOTAL ESTIMADO** |
| R$ 443,30 | 40 | R$ 17.732,00 |

**Unidade de medida: Unidade**

* + 1. Padrão ATX12V v2.3 / EPS v2.91;
    2. 450 W de potência real;
    3. Botão liga/desliga no painel trazeiro;
    4. Cabos com malha de proteção;
    5. Conexões: 6xSATA, 6x 4pinos, 1x ATX20/24, 1x4 pinos, 1x ATX12V (4+4 pinos), 2x PCI-E;
    6. Tensão de entrada de 100 a 240 VCA, com seleção automática;
    7. PFC ativo;
    8. Cabo de alimentação e parafusos de fixação.
  1. **PLACA DE REDE PCI 10/100/1000**:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PREÇO MÉDIO ESTIMADO** | **QUANTIDADE ESTIMADA** | **PREÇO TOTAL ESTIMADO** |
| R$ 107,66 | 20 | R$ 2.153,20 |

**Unidade de medida: Unidade**

* + 1. Barramento PCI-Express 1X;
    2. Conexão ethernet RJ-45 100/1000;
    3. Compatível com Microsoft Windows XP, Windows Vista e Windows 7, Linux Fedora 15 ou superior e Linux Ubuntu 11 ou superior;
    4. Acompanha CD de instalação, ou endereço do site para download;
  1. **MOUSE ÓTICO USB**:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PREÇO MÉDIO ESTIMADO** | **QUANTIDADE ESTIMADA** | **PREÇO TOTAL ESTIMADO** |
| R$ 36,60 | 60 | R$ 2.196,00 |

**Unidade de medida: Unidade**

* + 1. Tecnologia Plug & Play;
    2. Sensor óptico a laser, resolução mínima 800 dpi;
    3. Três botões com scrool roller;
    4. Interface USB;
    5. Cabo de 1,5m ou maior;
    6. Corpo na cor preto ou branco;
    7. Compatível com Microsoft Windows XP, Windows Vista e Windows 7, Linux Fedora 15 ou superior e Linux Ubuntu 11 ou superior.
  1. **TECLADO ABNT2 USB**:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PREÇO MÉDIO ESTIMADO** | **QUANTIDADE ESTIMADA** | **PREÇO TOTAL ESTIMADO** |
| R$ 55,30 | 60 | R$ 3.318,00 |

**Unidade de medida: Unidade**

* + 1. Padrão ABNT2 nativo (com cedilha e acentuação);
    2. Dois ajustes de altura;
    3. Com apoio de pulso acoplado ou fornecido separadamente;
    4. Interface de conexão USB;
    5. Compatível com Microsoft Windows XP, Windows Vista e Windows 7, Linux Fedora 15 ou superior e Linux Ubuntu 11 ou superior.
  1. **MEMÓRIA RAM DDR3 4GB (NOTEBOOK)**:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PREÇO MÉDIO ESTIMADO** | **QUANTIDADE ESTIMADA** | **PREÇO TOTAL ESTIMADO** |
| R$ 102,33 | 20 | R$ 2.046,60 |

**Unidade de medida: Unidade**

* + 1. Tipo DDR3 SDRAM;
    2. Freqüência de 1.333 MHz;
    3. Capacidade 4GB.
  1. **PROTETOR ELETRÔNICO DE ENERGIA 6 TOMADAS**:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PREÇO MÉDIO ESTIMADO** | **QUANTIDADE ESTIMADA** | **PREÇO TOTAL ESTIMADO** |
| R$ 19,52 | 100 | R$ 1.952,00 |

**Unidade de medida: Unidade**

* + 1. Com 5 tomadas padrão ABNT ;
    2. Proteção de surto e sobrecarga;
    3. Led indicador de tensão;
    4. Tensão de operação 127/220V;
    5. Suporta corrente de até 10A;
    6. Chave liga/desliga;
    7. Corpo na cor preto ou branco;
    8. Cabo de 1,2m ou maior.
  1. **FITA LTO PARA BACK-UP 400GB**:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PREÇO MÉDIO ESTIMADO** | **QUANTIDADE ESTIMADA** | **PREÇO TOTAL ESTIMADO** |
| R$ 131,18 | 80 | R$ 10.494,40 |

**Unidade de medida: Unidade**

* + 1. 400 GB de capacidade em modo normal, e 800GB em modo comprimido;
    2. Gravável e regravável;
  1. **Cartucho HP 21 C9351AB Preto**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PREÇO MÉDIO ESTIMADO** | **QUANTIDADE ESTIMADA** | **PREÇO TOTAL ESTIMADO** |
| R$ 38,58 | 15 | R$ 578,70 |

**Unidade de medida: Unidade**

* + 1. Tinta monocromática (preto) de alta qualidade (capacidade de cobertura);
    2. Capacidade de impressão mínima de 190 (cento e noventa) páginas, conforme ISO/IEC 24711;
    3. Com proteção de cabeça de impressão (anti-choque);
    4. Embalagem individual lacrada.
  1. **Cartucho HP 22 C9352AB Color**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PREÇO MÉDIO ESTIMADO** | **QUANTIDADE ESTIMADA** | **PREÇO TOTAL ESTIMADO** |
| R$ 45,60 | 15 | R$ 684,00 |

**Unidade de medida: Unidade**

* + 1. Tinta colorida (tricolor) de alta qualidade (capacidade de cobertura);
    2. Capacidade de impressão mínima de 160 (cento e sessenta) páginas, conforme ISO/IEC 24711;
    3. Com proteção de cabeça de impressão (anti-choque);
    4. Embalagem individual lacrada.
  1. **Cartucho HP 98 C9364WB Preto**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PREÇO MÉDIO ESTIMADO** | **QUANTIDADE ESTIMADA** | **PREÇO TOTAL ESTIMADO** |
| R$ 61,43 | 40 | R$ 2.457,20 |

**Unidade de medida: Unidade**

* + 1. Tinta monocromática (preto) de alta qualidade (capacidade de cobertura);
    2. Capacidade de impressão mínima de 400 (quatrocentas) páginas, conforme ISO/IEC 24711;
    3. Com proteção de cabeça de impressão (anti-choque);
    4. Embalagem individual lacrada.
  1. **Cartucho HP 95 C8766WB Color**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PREÇO MÉDIO ESTIMADO** | **QUANTIDADE ESTIMADA** | **PREÇO TOTAL ESTIMADO** |
| R$ 72,55 | 40 | R$ 2.902,00 |

**Unidade de medida: Unidade**

* + 1. Tinta colorida (tricolor) de alta qualidade (capacidade de cobertura);
    2. Capacidade de impressão mínima de 330 (trezentas e trinta) páginas, conforme ISO/IEC 24711;
    3. Com proteção de cabeça de impressão (anti-choque);
    4. Embalagem individual lacrada.
  1. **Cartucho HP 15 C6615NL Preto**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PREÇO MÉDIO ESTIMADO** | **QUANTIDADE ESTIMADA** | **PREÇO TOTAL ESTIMADO** |
| R$ 47,47 | 80 | R$ 3.797,60 |

**Unidade de medida: Unidade**

* + 1. Tinta monocromática (preto) de alta qualidade (capacidade de cobertura);
    2. Capacidade de impressão mínima de 270 (duzentos e setenta) páginas, conforme ISO/IEC 24711;
    3. Com proteção de cabeça de impressão (anti-choque);
    4. Embalagem individual lacrada.
  1. **Cartucho HP 17 C6625A Color**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PREÇO MÉDIO ESTIMADO** | **QUANTIDADE ESTIMADA** | **PREÇO TOTAL ESTIMADO** |
| R$ 87,99 | 40 | R$ 3.519,60 |

**Unidade de medida: Unidade**

* + 1. Tinta colorida (tricolor) de alta qualidade (capacidade de cobertura);
    2. Capacidade de impressão mínima de 400 (quatrocentas) páginas, conforme ISO/IEC 24711;
    3. Com proteção de cabeça de impressão (anti-choque);
    4. Embalagem individual lacrada.
  1. **Cartucho HP 94 C8765WB Preto**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PREÇO MÉDIO ESTIMADO** | **QUANTIDADE ESTIMADA** | **PREÇO TOTAL ESTIMADO** |
| R$ 63,65 | 15 | R$ 954,75 |

**Unidade de medida: Unidade**

* + 1. Tinta monocromática (preto) de alta qualidade (capacidade de cobertura);
    2. Capacidade de impressão mínima de 450 (quatrocentas e cinqüenta) páginas, conforme ISO/IEC 24711;
    3. Com proteção de cabeça de impressão (anti-choque);
    4. Embalagem individual lacrada.
  1. **Cartucho HP 95 C8766WB Color**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PREÇO MÉDIO ESTIMADO** | **QUANTIDADE ESTIMADA** | **PREÇO TOTAL ESTIMADO** |
| R$ 74,86 | 15 | R$ 1.122,90 |

**Unidade de medida: Unidade**

* + 1. Tinta colorida (tricolor) de alta qualidade (capacidade de cobertura);
    2. Capacidade de impressão mínima de 330 (trezentas e trinta) páginas, conforme ISO/IEC 24711;
    3. Com proteção de cabeça de impressão (anti-choque);
    4. Embalagem individual lacrada.
  1. **Toner HP LaserJet C7115A Preto (15A)**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PREÇO MÉDIO ESTIMADO** | **QUANTIDADE ESTIMADA** | **PREÇO TOTAL ESTIMADO** |
| R$ 202,37 | 50 | R$ 10.118,50 |

**Unidade de medida: Unidade**

* + 1. Toner monocromático (preto) de alta qualidade (capacidade de cobertura);
    2. Capacidade de impressão mínima de 5.500 (duas mil e quinhentas) páginas, conforme ISO/IEC 19752/19798;
    3. Embalagem individual lacrada.
  1. **Toner HP LaserJet Q6470A Preto**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PREÇO MÉDIO ESTIMADO** | **QUANTIDADE ESTIMADA** | **PREÇO TOTAL ESTIMADO** |
| R$ 381,24 | 5 | R$ 1.906,20 |

**Unidade de medida: Unidade**

* + 1. Toner monocromático (preto) de alta qualidade (capacidade de cobertura);
    2. Capacidade de impressão mínima de 6.000 (seis mil) páginas, conforme ISO/IEC 19752/19798;
    3. Embalagem individual lacrada.
  1. **Toner HP LaserJet Q7581A Ciano**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PREÇO MÉDIO ESTIMADO** | **QUANTIDADE ESTIMADA** | **PREÇO TOTAL ESTIMADO** |
| R$ 501,97 | 5 | R$ 2.509,85 |

**Unidade de medida: Unidade**

* + 1. Toner colorido (ciano) de alta qualidade (capacidade de cobertura);
    2. Capacidade de impressão mínima de 6.000 (seis mil) páginas, conforme ISO/IEC 19752/19798;
    3. Embalagem individual lacrada.
  1. **Toner HP LaserJet Q7582A Amarelo**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PREÇO MÉDIO ESTIMADO** | **QUANTIDADE ESTIMADA** | **PREÇO TOTAL ESTIMADO** |
| R$ 501,97 | 5 | R$ 2.509,85 |

**Unidade de medida: Unidade**

* + 1. Toner colorido (amarelo) de alta qualidade (capacidade de cobertura);
    2. Capacidade de impressão mínima de 6.000 (seis mil) páginas, conforme ISO/IEC 19752/19798;
    3. Embalagem individual lacrada.
  1. **Toner HP LaserJet Q7583A Magenta**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PREÇO MÉDIO ESTIMADO** | **QUANTIDADE ESTIMADA** | **PREÇO TOTAL ESTIMADO** |
| R$ 512,90 | 5 | R$ 2.564,50 |

**Unidade de medida: Unidade**

* + 1. Toner colorido (magenta) de alta qualidade (capacidade de cobertura);
    2. Capacidade de impressão mínima de 6.000 (seis mil) páginas, conforme ISO/IEC 19752/19798;
    3. Embalagem individual lacrada.
  1. **Toner HP LaserJet C9730A Preto**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PREÇO MÉDIO ESTIMADO** | **QUANTIDADE ESTIMADA** | **PREÇO TOTAL ESTIMADO** |
| R$ 674,05 | 5 | R$ 3.370,25 |

**Unidade de medida: Unidade**

* + 1. Toner monocromático (preto) de alta qualidade (capacidade de cobertura);
    2. Capacidade de impressão mínima de 13.000 (treze mil) páginas, conforme ISO/IEC 19752/19798;
    3. Embalagem individual lacrada.
  1. **Toner HP LaserJet C9731A Ciano**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PREÇO MÉDIO ESTIMADO** | **QUANTIDADE ESTIMADA** | **PREÇO TOTAL ESTIMADO** |
| R$ 943,13 | 5 | R$ 4.715,65 |

**Unidade de medida: Unidade**

* + 1. Toner colorido (ciano) de alta qualidade (capacidade de cobertura);
    2. Capacidade de impressão mínima de 12.000 (doze mil) páginas, conforme ISO/IEC 19752/19798;
    3. Embalagem individual lacrada.
  1. **Toner HP LaserJet C9732A Amarelo**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PREÇO MÉDIO ESTIMADO** | **QUANTIDADE ESTIMADA** | **PREÇO TOTAL ESTIMADO** |
| R$ 923,00 | 5 | R$ 4.615,00 |

**Unidade de medida: Unidade**

* + 1. Toner colorido (amarelo) de alta qualidade (capacidade de cobertura);
    2. Capacidade de impressão mínima de 12.000 (doze mil) páginas, conforme ISO/IEC 19752/19798;
    3. Embalagem individual lacrada.
  1. **Toner HP LaserJet C9733A Magenta**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PREÇO MÉDIO ESTIMADO** | **QUANTIDADE ESTIMADA** | **PREÇO TOTAL ESTIMADO** |
| R$ 913,69 | 5 | R$ 4.568,45 |

**Unidade de medida: Unidade**

* + 1. Toner colorido (magenta) de alta qualidade (capacidade de cobertura);
    2. Capacidade de impressão mínima de 12.000 (doze mil) páginas, conforme ISO/IEC 19752/19798;
    3. Embalagem individual lacrada.
  1. **Toner HP LaserJet C9720A Preto**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PREÇO MÉDIO ESTIMADO** | **QUANTIDADE ESTIMADA** | **PREÇO TOTAL ESTIMADO** |
| R$ 446,14 | 3 | R$ 1.338,42 |

**Unidade de medida: Unidade**

* + 1. Toner monocromático (preto) de alta qualidade (capacidade de cobertura);
    2. Capacidade de impressão mínima de 9.000 (nove mil) páginas, conforme ISO/IEC 19752/19798;
    3. Embalagem individual lacrada.
  1. **Toner HP LaserJet C9721A Ciano**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PREÇO MÉDIO ESTIMADO** | **QUANTIDADE ESTIMADA** | **PREÇO TOTAL ESTIMADO** |
| R$ 602,67 | 5 | R$ 3.013,35 |

**Unidade de medida: Unidade**

* + 1. Toner colorido (ciano) de alta qualidade (capacidade de cobertura);
    2. Capacidade de impressão mínima de 8.000 (oito mil) páginas padrão, conforme ISO/IEC 19752/19798;
    3. Embalagem individual lacrada.
  1. **Toner HP LaserJet C9722A Amarelo**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PREÇO MÉDIO ESTIMADO** | **QUANTIDADE ESTIMADA** | **PREÇO TOTAL ESTIMADO** |
| R$ 602,67 | 5 | R$ 3.013,35 |

**Unidade de medida: Unidade**

* + 1. Toner colorido (amarelo) de alta qualidade (capacidade de cobertura);
    2. Capacidade de impressão mínima de 8.000 (oito mil) páginas padrão, conforme ISO/IEC 19752/19798;
    3. Embalagem individual lacrada.
  1. **Toner HP LaserJet C9723A Magenta**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PREÇO MÉDIO ESTIMADO** | **QUANTIDADE ESTIMADA** | **PREÇO TOTAL ESTIMADO** |
| R$ 574,65 | 5 | R$ 2.873,25 |

**Unidade de medida: Unidade**

* + 1. Toner colorido (magenta) de alta qualidade (capacidade de cobertura);
    2. Capacidade de impressão mínima de 8.000 (oito mil) páginas padrão, conforme ISO/IEC 19752/19798;
    3. Embalagem individual lacrada.
  1. **Toner HP Preto Q2612A**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PREÇO MÉDIO ESTIMADO** | **QUANTIDADE ESTIMADA** | **PREÇO TOTAL ESTIMADO** |
| R$ 193,79 | 6 | R$ 1.162,74 |

**Unidade de medida: Unidade**

* + 1. Toner monocromático (preto) de alta qualidade (capacidade de cobertura);
    2. Capacidade de impressão mínima de 2.000 (duas mil) páginas padrão, conforme ISO/IEC 19752/19798;
    3. Embalagem individual lacrada.
  1. **Toner Samsung 208L Preto (15A)**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PREÇO MÉDIO ESTIMADO** | **QUANTIDADE ESTIMADA** | **PREÇO TOTAL ESTIMADO** |
| R$ 545,94 | 70 | R$ 38.215,80 |

**Unidade de medida: Unidade**

* + 1. Toner monocromático (preto) de alta qualidade (capacidade de cobertura);
    2. Capacidade de impressão mínima de 5.500 (duas mil e quinhentas) páginas, conforme ISO/IEC 19752/19798;
    3. Embalagem individual lacrada.
  1. **Toner Samsung SCX-D5530B Preto**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PREÇO MÉDIO ESTIMADO** | **QUANTIDADE ESTIMADA** | **PREÇO TOTAL ESTIMADO** |
| R$ 669,29 | 30 | R$ 20.078,70 |

**Unidade de medida: Unidade**

* + 1. Toner monocromático (preto) de alta qualidade (capacidade de cobertura);
    2. Capacidade de impressão mínima de 8.000 (oito mil) páginas padrão, conforme ISO/IEC 19752/19798;
    3. Embalagem individual lacrada.
  1. **Toner Samsung ML-3560DB Preto**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PREÇO MÉDIO ESTIMADO** | **QUANTIDADE ESTIMADA** | **PREÇO TOTAL ESTIMADO** |
| R$ 822,24 | 10 | R$ 8.222,40 |

**Unidade de medida: Unidade**

* + 1. Toner monocromático (preto) de alta qualidade (capacidade de cobertura);
    2. Capacidade de impressão mínima de 12.000 (doze mil) páginas padrão, conforme ISO/IEC 19752/19798;
    3. Embalagem individual lacrada.
  1. **Toner Samsung ML-2550DA Preto**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PREÇO MÉDIO ESTIMADO** | **QUANTIDADE ESTIMADA** | **PREÇO TOTAL ESTIMADO** |
| R$ 917,90 | 10 | R$ 9.179,00 |

**Unidade de medida: Unidade**

* + 1. Toner monocromático (preto) de alta qualidade (capacidade de cobertura);
    2. Capacidade de impressão mínima de 10.000 (dez mil) páginas padrão, conforme ISO/IEC 19752/19798;
    3. Embalagem individual lacrada.
  1. **Toner Brother TN-650 Preto**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PREÇO MÉDIO ESTIMADO** | **QUANTIDADE ESTIMADA** | **PREÇO TOTAL ESTIMADO** |
| R$ 165,28 | 5 | R$ 826,40 |

**Unidade de medida: Unidade**

* + 1. Toner monocromático (preto) de alta qualidade (capacidade de cobertura);
    2. Capacidade de impressão mínima de 8.000 (oito mil) páginas padrão, conforme ISO/IEC 19752/19798;
    3. Embalagem individual lacrada.
  1. **Toner HP CE310A Preto**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PREÇO MÉDIO ESTIMADO** | **QUANTIDADE ESTIMADA** | **PREÇO TOTAL ESTIMADO** |
| R$ 137,99 | 10 | R$ 1.379,90 |

**Unidade de medida: Unidade**

* + 1. Toner monocromático (preto) de alta qualidade (capacidade de cobertura);
    2. Capacidade de impressão mínima de 1.200 (mil e duzentos) páginas padrão, conforme ISO/IEC 19752/19798;
    3. Embalagem individual lacrada.
  1. **Toner HP CE311A Ciano**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PREÇO MÉDIO ESTIMADO** | **QUANTIDADE ESTIMADA** | **PREÇO TOTAL ESTIMADO** |
| R$ 161,32 | 10 | R$ 1.613,20 |

**Unidade de medida: Unidade**

* + 1. Toner monocromático (preto) de alta qualidade (capacidade de cobertura);
    2. Capacidade de impressão mínima de 1.000 (mil) páginas padrão, conforme ISO/IEC 19752/19798;
    3. Embalagem individual lacrada.
  1. **Toner HP CE312A Amarelo**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PREÇO MÉDIO ESTIMADO** | **QUANTIDADE ESTIMADA** | **PREÇO TOTAL ESTIMADO** |
| R$ 161,32 | 10 | R$ 1.613,20 |

**Unidade de medida: Unidade**

* + 1. Toner monocromático (preto) de alta qualidade (capacidade de cobertura);
    2. Capacidade de impressão mínima de 1.000 (mil) páginas padrão, conforme ISO/IEC 19752/19798;
    3. Embalagem individual lacrada.
  1. **Toner HP CE313A Magenta**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PREÇO MÉDIO ESTIMADO** | **QUANTIDADE ESTIMADA** | **PREÇO TOTAL ESTIMADO** |
| R$ 167,33 | 10 | R$ 1.673,30 |

**Unidade de medida: Unidade**

* + 1. Toner monocromático (preto) de alta qualidade (capacidade de cobertura);
    2. Capacidade de impressão mínima de 1.000 (mil) páginas padrão, conforme ISO/IEC 19752/19798;
    3. Embalagem individual lacrada.
  1. **Toner HP CB540A Preto**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PREÇO MÉDIO ESTIMADO** | **QUANTIDADE ESTIMADA** | **PREÇO TOTAL ESTIMADO** |
| R$ 190,33 | 10 | R$ 1.903,30 |

**Unidade de medida: Unidade**

* + 1. Toner monocromático (preto) de alta qualidade (capacidade de cobertura);
    2. Capacidade de impressão mínima de 2.100 ( dois mil e cem) páginas padrão, conforme ISO/IEC 19752/19798;
    3. Embalagem individual lacrada.
  1. **Toner HP CB541A Ciano**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PREÇO MÉDIO ESTIMADO** | **QUANTIDADE ESTIMADA** | **PREÇO TOTAL ESTIMADO** |
| R$ 178,38 | 10 | R$ 1.783,80 |

**Unidade de medida: Unidade**

* + 1. Toner monocromático (preto) de alta qualidade (capacidade de cobertura);
    2. Capacidade de impressão mínima de 1.400 ( mil e quatrocentos) páginas padrão, conforme ISO/IEC 19752/19798;
    3. Embalagem individual lacrada.
  1. **Toner HP CB542A Amarelo**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PREÇO MÉDIO ESTIMADO** | **QUANTIDADE ESTIMADA** | **PREÇO TOTAL ESTIMADO** |
| R$ 178,38 | 10 | R$ 1.783,80 |

**Unidade de medida: Unidade**

* + 1. Toner monocromático (preto) de alta qualidade (capacidade de cobertura);
    2. Capacidade de impressão mínima de 1.400 ( mil e quatrocentos) páginas padrão, conforme ISO/IEC 19752/19798;
    3. Embalagem individual lacrada.
  1. **Toner HP CB543A Magenta**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PREÇO MÉDIO ESTIMADO** | **QUANTIDADE ESTIMADA** | **PREÇO TOTAL ESTIMADO** |
| R$ 200,14 | 10 | R$ 2.001,40 |

**Unidade de medida: Unidade**

* + 1. Toner monocromático (preto) de alta qualidade (capacidade de cobertura);
    2. Capacidade de impressão mínima de 1.400 ( mil e quatrocentos) páginas padrão, conforme ISO/IEC 19752/19798;
    3. Embalagem individual lacrada.
  1. **Toner HP CE285A Preto**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PREÇO MÉDIO ESTIMADO** | **QUANTIDADE ESTIMADA** | **PREÇO TOTAL ESTIMADO** |
| R$ 179,02 | 10 | R$ 1.790,20 |

**Unidade de medida: Unidade**

* + 1. Toner monocromático (preto) de alta qualidade (capacidade de cobertura);
    2. Capacidade de impressão mínima de 1.500 ( mil e quinhentos) páginas padrão, conforme ISO/IEC 19752/19798;
    3. Embalagem individual lacrada.
  1. Todas as peças de reposição (Itens 3.1 a 3.49) deverão, obrigatoriamente, apresentar certificação em relação à segurança elétrica de seu uso em sistemas informatizados (FCC, CE, etc) e também em relação à restrição de uso de substâncias perigosas no processo de fabricação, como chumbo e outras (RoHS ou similar).
  2. Tendo em vista que o contato direto das partes internas do cartucho – como fusor, por exemplo – poderá vir a ocasionar a incrustação de pó de toner, levando ao desgaste prematuro dos componentes, os cartuchos fornecidos deverão apresentar **lacre que impeça o contato do pó de toner, antes da abertura para uso, diretamente com o rolo ou fusor**, quando o original, do mesmo fabricante da impressora, assim o oferecer (similaridade exigida).
  3. Os cartuchos de tinta deverão apresentar mecanismo de proteção da cabeça de impressão, de forma a evitar, quando armazenado, que pequenos impactos a danifiquem.
  4. Os cartuchos de toner deverão esta em embalagens hermeticamente fechadas, em caixas individuais lacradas, de forma a garantir a qualidade e evitar a acumulação de resíduos tais como poeira e outros.
  5. As embalagens individuais deverão apresentar a descrição do material ao menos em 2 dos quatro lados da caixa, de forma a facilitar a identificação quando os mesmos estiverem armazenados empilhados em prateleiras (almoxarifado).
  6. Todas as peças de reposição (Itens 3.1 a 3.13) deverão, obrigatoriamente, serem entregues em embalagens individuais lacradas, com acessórios, e manuais.
  7. Não serão aceitas peças, com chip substituído, carcaça recondicionada, sem lacre, com embalagem reaproveitada, e com embalagem aberta, o material compatível deve ser novo de fabrica e não usar nenhum tipo de peça recondicionada.
  8. O fabricante poderá utilizar material reciclado , mas não recondicionado.

1. **DO VALOR ESTIMADO DA AQUISIÇÃO**
   1. O valor estimado para a aquisição, conforme consultas de preço é de **R$ 290.424,11 (Duzentos e noventa mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e onze centavos)**.
2. **DO FUNDAMENTO LEGAL**
   1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na modalidade de **bem comum**, pois são passíveis de identificação e descrição em termos comuns de mercado, sem maiores especificidades, e são oferecidos por uma grande quantidade de fornecedores nacionais.
3. **DO FORNECIMENTO E DA ANÁLISE DA AMOSTRA**
   1. Previamente à adjudicação, será exigido da licitante vencedora o envio de **01 (uma) unidade de amostra de cada item ganho**, **em até 10 (dez) dias úteis**, após a apresentação da proposta;
   2. As amostras serão submetidas a análise e testes, a serem realizados pelo Núcleo de Tecnologia da Informação da Polícia Federal em Sergipe (NTI), e caso necessário, com o auxílio de Perito Criminal Federal do Setor Técnico-Científico (SETEC), visando à avaliação dos requisitos de qualidade e a sua compatibilidade com os equipamentos;
   3. Para os itens 3.1 a 3.13, a licitante vencedora poderá fornecer por escrito o modelo, fabricante e detalhes do produto a ser fornecido, podendo ser dispensada da apresentação da amostra.
   4. Para toneres e cartuchos do mesmo fabricante da impressora, poderá ser aceito uma declaração de fornecimento de peça original, dispensando o envio da amostra.
   5. Após análise das características físicas e visuais, os testes aos quais serão submetidas às amostras dar-se-ão da seguinte forma:
   6. **Para os suprimentos de impressão**:
      1. A unidade de amostra de cartucho fornecida será testadas em 2 (duas) impressoras distintas, sendo impressas 60 (sessenta) páginas por impressora;
      2. Do total de páginas impressas, será tolerado apenas 5% (cinco por cento) de desvios, conforme subitem 6.4.4.;
      3. No caso de fornecimento de suprimento não original, a qualidade mínima admitida será a mesma apresentada por cartucho original, do fabricante da impressora, inclusive quanto à não deposição de resíduos no interior do equipamento (vazamentos).
      4. Serão considerados desvios: falhas de impressão, borrão, manchas, caracteres apagados, marcas ou estrias no papel impresso, folga em parafusos e demais peças do cartucho após o uso intenso ou dano à impressora e vazamento.
      5. Para os itens 3.16, 3.17 e 3.36 serão aceitos apenas peças originais, do mesmo fabricante da impressora, para não comprometer a garantia dos equipamentos, conforme termos da garantia exigida e cópias das Notas Fiscais, anexos.
   7. **Para as peças e acessórios (hardware):**
      1. Deverá ser fornecida quando solicitado **uma unidade de cada um dos itens** constante do Termo de Referência.

.

* + 1. O teste específico a ser aplicado à fonte de energia consistirá de medição de tensão e corrente em cada uma das saídas, e da potencia fornecida;
       1. Durante o teste, serão feitas no mínimo 4 (quatro) medidas em cada uma das saídas, utilizando-se multímetro digital da marca Minipa e softwares específicos;
       2. A tolerância máxima de oscilação de tensão em relação à tensão nominal positiva das saídas da fonte (+3,3V; +5V e +12V) será de até 5% (cinco por cento) e de até 10% (dez por cento) em relação à saídas com tensão negativa (-3,3V; -5V e -12V).
       3. As medições a serem feitas via software, serão realizadas utilizando-se:
          1. A BIOS da placa mãe fornecida;
          2. O software de medição de desempenho fornecido juntamente com a placa-mãe;
          3. Software SpeedFan versão 4.41 ou superior, na ausência do software do subitem anterior.
  1. Os testes de conformidade das amostras encaminhadas poderão ser acompanhados por representante da empresa. A data e o horário dos testes serão informados à empresa, pelo setor responsável (NTI ou SETEC), **com antecedência de 3 (três) dias úteis de sua realização;**
  2. A análise e os testes necessários serão finalizados **no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento das amostras**, após os quais, se verificada a conformidade do material, será dada continuidade à aquisição;
  3. Caso as amostras sejam aceitas pela área técnica responsável, elas serão deduzidas do montante total da aquisição, responsabilizando-se a empresa pelo envio da diferença;
  4. Caso as amostras sejam reprovadas, a empresa licitante deverá recolher às suas expensas os materiais enviados à Polícia Federal em Sergipe no prazo Maximo de 30(trinta) dias;
     1. Findo o prazo de recolhimento, as amostras, porventura não recolhidas pela empresa licitante, serão descartadas pelo setor responsável pelos testes de amostra.
  5. O ônus do envio das amostras e de sua retirada da Polícia Federal em Sergipe caso ocorra reprovação - ônus relativo aos custos de uso dos cartuchos e demais materiais utilizados nos testes e aos custos do transporte - será de total responsabilidade da licitante;
  6. **A aceitação da proposta comercial e a análise da condição habilitatória ficarão condicionadas à aprovação das características qualitativa e de compatibilidade da amostra fornecida,** em conformidade com as especificações fixadas neste Termo de Referência.
  7. Quando do efetivo fornecimento dos materiais, será verificada a conformidade com as amostras apresentadas, e **não serão aceitos produtos distintos dos oferecidos como amostra, inclusive quanto à marca e modelo.**
     1. Excepcionalmente, caso a Contratada apresente formalmente, justificativa fundamentada e razoável sobre a impossibilidade de fornecimento dos materiais exatamente iguais às amostras, será solicitada nova amostra, para novos testes.
     2. **Somente serão aceitos materiais previamente testados a aprovados**, nos termos deste Edital e seus anexos.
     3. Para fins de comparação com os materiais entregues em cada um dos pedidos de fornecimento, as amostras aprovadas serão mantidas lacradas até o término da vigência da Ata de Registro de Preços.

1. **DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO**
   1. As unidades licitadas **serão entregues parceladamente, conforme as necessidades da Polícia Federal em Sergipe**, tendo a **empresa o prazo de 20 (vinte) dias corridos**, contados a partir do primeiro dia útil subseqüente ao do recebimento da Nota de Empenho respectiva, para entregar o material na quantidade montante especificada.

* 1. Os produtos deverão ser entregues ao Chefe ou Responsável do Núcleo de Tecnologia da Informação da Polícia Federal em Sergipe, sito à Avenida Augusto Franco 2260, Bairro Siqueira Campos, Aracajú/SE, CEP 49075-100.
  2. O recebimento dos materiais será provisório, para posterior teste de conformidade e verificação das especificações técnicas deste Termo de Referência e da proposta comercial**.**
  3. Os produtos serão recebidos definitivamente, **no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos**, contados do recebimento provisório, após testes de aceitação.
  4. Caso sejam identificados problemas e/ou discrepâncias em relação às especificações técnicas exigidas**,** o fornecedor deverá substituir o(s) produto(s) em até 5 (cinco) dias úteis, contados da solicitação da Polícia Federal em Sergipe.
  5. Os volumes contendo os produtos deverão estar identificados externamente com os dados da Nota Fiscal e o endereço de entrega.
  6. **Os produtos de que trata este Termo de Referência deverão ser novos, não se admitindo materiais recondicionados e/ou remanufaturados e/ou reprocessados e/ou recarregados**.
  7. Os produtos deverão ser do mesmo fabricante da impressora ou similar. **A licitante que entregar produto de outro fabricante será responsabilizada por quaisquer danos causados aos equipamentos, se estes decorrerem da utilização do produto fornecido.**
     1. A similaridade aqui exigida será avaliada principalmente em relação ao desempenho (funcionamento dos cartuchos) e quantidades (volume e massa de tinta e toner) dos materiais fornecidos, em comparação com o original, do mesmo fabricante da impressora.
     2. Será desclassificada a amostra que não apresentar a similaridade exigida.
  8. A Contratada estará obrigada ao cumprimento do prazo de, no mínimo, **12 (doze) meses de garantia para os produtos fornecidos,** contados a partir do primeiro dia útil após o recebimento.

1. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**
   1. **Caberá à Polícia Federal em Sergipe,** sem prejuízo das demais disposições inseridas neste Termo de Referência e daquelas constantes do Edital:
      1. Supervisionar o fornecimento objeto do Termo de Referência, exigindo presteza na entrega e correção das falhas eventualmente detectadas;
      2. Permitir o acesso ao local do fornecimento do material do pessoal da CONTRATADA, necessários à entrega do objeto do Termo de Referência (**Anexo I deste Edital**);
      3. Prestar à CONTRATADA, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias ao fornecimento do material.
      4. Impedir que terceiros forneçam os produtos objeto deste Termo;
      5. Solicitar a substituição dos produtos que apresentarem defeito durante a utilização;
      6. Atestar as faturas correspondentes, por intermédio de servidor competente;
      7. Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento dos produtos, no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas.
2. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
   1. **Caberá à Contratada**, sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades insertas no Edital e neste Termo de Referência:
      1. Tomar todas as providências necessárias ao fiel fornecimento objeto desta licitação;
      2. Manter, durante o período de vigência da ata de registro de preços e/ou da contratação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
      3. Promover o fornecimento do material dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;
      4. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;
      5. Responder integralmente pelos danos causados, direta ou indiretamente, ao patrimônio da União em decorrência de ação ou omissão de seus empregados, prepostos ou terceiros contratados, não se excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da fiscalização ou do acompanhamento realizado pela CONTRATANTE;
      6. Providenciar que seus contratados portem crachá de identificação quando do fornecimento do material à CONTRATANTE;
      7. Arcar com os ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de contravenção, seja por culpa sua ou de quaisquer de seus empregados ou prepostos, obrigando-se, outrossim, a assumir quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais ou extrajudiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do ajuste a ser firmado;
      8. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
      9. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento do material ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE, inclusive por danos causados a terceiros;
      10. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados ao fornecimento do material, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;
      11. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste processo licitatório;
      12. Aceitar, nas mesmas condições do ajuste, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.
      13. Executar o fornecimento dos produtos dentro das especificações exigidas e constantes da proposta de preços apresentada;
      14. **Substituir**, **no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis**, o produto que for considerado inadequado ou defeituoso pela Polícia Federal em Sergipe;
      15. **Apresentar, sempre que solicitados, documentos que comprovem a procedência do produto fornecido**;
      16. Comunicar ao Fiscal do Contrato a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente referente ao fornecimento do produto e prestar os esclarecimentos julgados necessários.
3. **DO PAGAMENTO**
   1. O pagamento será efetuado após o respectivo atesto da Nota Fiscal/Fatura, conforme estipulado no Edital.
4. **DA GARANTIA**
   1. A Contratada estará obrigada ao cumprimento do prazo de, no mínimo, 12 (doze) meses de garantia para os produtos fornecidos, contados a partir do primeiro dia útil após o aceite provisório dos mesmos.
5. **DISPOSIÇÕES GERAIS**
   1. Poderá a Administração, após a entrega do material, sem qualquer aviso prévio ao fornecedor, encaminhar uma amostra aleatória do material para análise do fabricante do suprimento, de forma a avaliar a origem e procedência do material ofertado;
   2. Caso constatado qualquer ilegalidade nos suprimentos entregues, o fornecedor responderá às penalidades legais cabíveis, além da obrigação da substituição completa do lote do produto.

Aracajú/SE, 19 de Janeiro de 2012.

**FRANCISCO CARLOS COELHO**

Agente de Telecomunicações e Eletricidade

Matrícula DPF 12.213

Chefe do NTI/SR/SE

|  |
| --- |
| Solicitante |

**Aprovo.**

**JOSÉ GRIVALDO DE ANDRADE**

Delegado de Polícia Federal

Classe Especial / Mat. 6078

Superintendente Regional

VIA ORIGINAL ASSINADA

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXXX/2012**

**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2012**

PROCESSO Nº **08520.000727/2012-71**

VALIDADE: **12 (DOZE) MESES**

Aos **XX** dias do mês de **XXXX** de **2012**, a União, por intermédio da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Sergipe, com sede na Avenida Augusto Franco Nº 2260, bairro Siqueira Campos, nesta capital, inscrito no CNPJ sob o nº 00.394.494/0041-23, neste ato representada por JOSÉ GRIVALDO DE ANDRADE, Superintendente Regional,nomeado pela Portaria nº 1.545/2009, de 02 de dezembro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Secretário Executivo do Ministério da Justiça, publicada na Seção 2 do DOU no. 231, de 03 de dezembro de 2009, e em conformidade com as atribuições que lhe confere o Art. 35 do Regimento Interno do DPF, aprovado pela Portaria no. 2.877, de 30 de dezembro de 2011, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça interino, publicada na Seção 1 do DOU no. 01, de 02 de janeiro de 2012, bem como as que lhe foram delegadas pela Portaria nº 2922/2012, de 19 de abril de 2012, publicada no Boletim de Serviço nº 077, em 20 de abril de 2012;

Nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor; do Decreto nº 3.931, de 2001; do Decreto nº 3.555, de 2000; do Decreto nº 5.450, de 2005; do Decreto nº 3.722, de 2001; aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 1993, e as demais normas legais correlatas;

Em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 1/2012**, conforme Ata publicada em **XX/XX/2012** e homologada pelo Superintendente Regional;

Resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual contratação dos itens a seguir elencados, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa **XXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº **XXXX**, com sede na **XXXX**, CEP **XXXX**, no Município de **XXXX**, neste ato representada pelo(a) Sr(a). **XXXX**, portador(a) da Cédula de Identidade nº **XXXX** e CPF nº **XXXX**, cuja proposta foi classificada em **XX** lugar no certame.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
   1. O objeto desta Ata é o registro de preços para eventual aquisição de suprimentos de impressão e peças de reposição para computadores, visando atender às necessidades da Polícia Federal em Sergipe, conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas abaixo:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO/**  **ESPECIFICAÇÃO** | **MARCA/**  **FABRICANTE** | **QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA** | **PREÇO UNITÁRIO** |
| 1 |  |  |  |  |
| 2 |  |  |  |  |
| 3 |  |  |  |  |
| N |  |  |  |  |

* 1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES
   1. O órgão gerenciador será a Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Sergipe.
   2. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 3.931, de 2001, e na Lei nº 8.666, de 1993.
      1. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
      2. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.
      3. Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.
   3. Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, conforme artigo 3° do Decreto n° 3.931, de 2001.
2. CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
   1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) **meses**, a contar da data de sua assinatura.
3. CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
   1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
   2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
   3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:
      1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
      2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
      3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
   4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
      1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
      2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
   5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
   6. Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.
4. CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO
   1. O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:
      1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
      2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
      3. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
      4. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
      5. Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
   2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.
   3. Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.
5. CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES
   1. A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666, de 1993, e obedecidos os requisitos pertinentes do parágrafo 4º, do artigo 3º, do Decreto nº 3.931, de 2001.
      1. As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.
      2. O órgão deverá assegurar-se de que o preço registrado na Ata permanece vantajoso, mediante realização de pesquisa de mercado prévia à contratação (artigo 3°, parágrafo 4°, inciso II, do Decreto n° 3.931, de 2001).
   2. O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, efetuar a retirada da Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.
      1. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.
   3. Antes da emissão da Nota de Empenho, a Contratante realizará consulta on line ao **SICAF**, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, nos termos do artigo 3°, § 1°, da IN SLTI/MPOG n° 02, de 11/10/2010, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados - **CADIN**, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.
   4. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
      1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).
   5. É vedada a subcontratação do objeto do contrato.
   6. A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
   7. Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, de tudo dando ciência à Administração.
6. CLÁUSULA SÉTIMA - DO PREÇO
   1. Durante a vigência de cada contratação, os preços são fixos e irreajustáveis.
7. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA
   1. A Contratada obriga-se a:
      1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;
         1. Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
      2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
         1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência,o produto com avarias ou defeitos;
      3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
      4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
      5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
      6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;
      7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
      8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
   2. A Contratante obriga-se a:
      1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;
      2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
      3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
      4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.
8. CLÁUSULA NONA - DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO
   1. Os bens serão recebidos:
9. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.
10. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua conseqüente aceitação, que se dará no prazo máximo fixado no Termo de Referência.
    * 1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
    1. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.
    2. O recebimento de material de valor superior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
11. CLÁUSULA DEZ - DO PAGAMENTO
    1. O prazo para pagamento será de **30 (trinta) dias**, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.
       1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o montante de R$ 8.000,00 (oito mil reais) deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
    2. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.
       1. O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.
    3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
    4. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta on line ao SICAF e, se necessário, aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.
    5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa n° 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.
       1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6° da Instrução Normativa RFB n° 1.234, de 11 de janeiro de 2012.
    6. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.
    7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
    8. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.
    9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, mediante aplicação da seguinte fórmula:

**AF** = [(1 + IPCA/100)N/30 –1] x VP, onde:

**AF** = atualização financeira;

**IPCA** = percentual atribuído ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo, com vigência a partir da data do adimplemento da etapa;

**N** = número de dias entre a data do adimplemento da etapa e a do efetivo pagamento;

**VP** = valor da etapa a ser paga, igual ao principal mais o reajuste.

1. CLÁUSULA ONZE - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
   1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000 e do Decreto nº 5.450, de 2005, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:
      1. Não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços;
      2. Apresentar documentação falsa;
      3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
      4. Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;
      5. Comportar-se de modo inidôneo;
      6. Cometer fraude fiscal;
      7. Fizer declaração falsa;
      8. Ensejar o retardamento da execução do certame.
   2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
      1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
      2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
   3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
   4. Comete infração administrativa, ainda, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005, a Contratada que, no decorrer da contratação:
      1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;
      2. Apresentar documentação falsa;
      3. Comportar-se de modo inidôneo;
      4. Cometer fraude fiscal;
      5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no instrumento de contrato.
   5. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
      1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
      2. Multa:
      3. Moratória de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite do valor total da contratação;
      4. Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.
      5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Sergipe, pelo prazo de até dois anos;
         1. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.
      6. Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
      7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
   6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
   7. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
      1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
      2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
      3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
   8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
   9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
   10. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
   11. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
   12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
   13. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
2. CLÁUSULA DOZE - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
   1. Será anexada a esta Ata cópia do Termo de Referência.
   2. Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e Anexos do **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 1/2012** e a proposta da empresa.
   3. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 5.450, de 2005, do Decreto n° 3.555, de 2000, do Decreto nº 3.931, de 2001, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 3.722, de 2001, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.
   4. O foro para dirimir questões relativas à presente Ata será o da Seção Judiciária de Aracajú/SE- Justiça Federal, com exclusão de qualquer outro.

Município de **Aracajú**, **XX** de **XXXX** de **2012**.

Representante do Órgão

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**JOSÉ GRIVALDO DE ANDRADE**

Delegado de Polícia Federal

Classe Especial / Mat. 6078

Superintendente Regional

Representante da Empresa

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**NOME COMPLETO**

Cargo

Documento nº

**VIA IMPRESSA ASSINADA**